

## Patrimônio cultural, música e mídias

### **Luiz Henrique Assis Garcia**

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: [lhag@ufmg.br](mailto:lhag@ufmg.br)

 C.V. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6363095991840726>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0539-4566>

### **Amilcar Almeida Bezerra**

Universidade Federal de Pernambuco

E-mail: [amilcar.almeida@ufpe.br](mailto:amilcar.almeida@ufpe.br)

 C.V. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8461401132385202>

 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5596-9615>

Reprodutibilidade e mediatização técnica transformaram nossas relações com o som ao torná-lo “objetificável”. Uma das possibilidades abertas pela gravação foi seu uso para registro documental de expressões culturais. Esse veio também tomou fôlego com a possibilidade de registrar depoimentos relativos a acontecimentos históricos, afetando a construção da memória e a forma de narrar a História, e histórias, através de museus e coleções. Desse modo, conceber e discutir o som gravado e a música como objetos das operações de patrimonialização e musealização passa necessariamente por examinar sua produção como artefatos depositários de atributos e representação sociais em permanente reelaboração.

A chancela de patrimônio cultural imaterial vem sendo atribuída pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a diversas tradições brasileiras que trazem em seu bojo manifestações musicais. Desde celebrações como o Círio de Nazaré (PA) e a Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis (GO), passando por formas de expressão popular como o Repente, até tradições especificamente musicais como o Samba de roda da Bahia ou o Jongo do Sudeste, a ideia da sonoridade como parte relevante do patrimônio cultural está presente.

Nos últimos anos, o IPHAN concedeu a expressões de música popular comerciais e urbanas, como o frevo, o forró e o choro, o título de patrimônio cultural imaterial brasileiro, ampliando possibilidades tanto para a discussão de um conceito de patrimônio imaterial aplicado a manifestações culturais amplamente registradas e disseminadas em mídias sonoras e audiovisuais, quanto para a própria ideia de indústria cultural como matriz de bens culturais potencialmente sujeitos à patrimonialização. Hoje, quando as novas tecnologias de comunicação criam condições para a digitalização e o compartilhamento em massa de todo o material já gravado em mídias materiais, as relações entre mídia e patrimônio necessariamente se reconfiguram.

Este dossiê dedicou-se a averiguar as mediações determinantes para tal processo de patrimonialização, especialmente no caso brasileiro, partindo da premissa de que as mudanças sociais e tecnológicas que envolvem especialmente a produção e circulação de música popular hoje, na tensão entre materialidade e imaterialidade, com o declínio de certas mídias, ascensão de outras (especialmente os portais de streaming), desafiam os museus e demais instituições que se dedicam a desenvolver novas políticas patrimoniais voltadas a esta tipologia de acervo, num contexto em que novos meios modificam as relações de produção, circulação e consumo da mesma. Considerou, ainda, os processos de valoração

da cultura material embebidos na dinâmica da memória social, mesmo que ocorram fora da esfera institucional, no plano da informalidade.

Neste âmbito da informalidade não podemos negligenciar a importância do som e da música popular como signos de memória. Se hoje a memória coletiva se encontra cada vez mais ancorada em artefatos midiáticos, a canção popular ocupa lugar central neste acervo, seja como metonímia da atmosfera cultural vigente ou como registro de vozes dissonantes num determinado tempo histórico. Por outro lado, cumpre igualmente voltarmos os ouvidos para ruas e esquinas da cidade, âmbito que os artefatos aurais estão constantemente participando da construção das identidades, dos lugares e das atribuições de sentido, incluindo as que imputam valor de bem memorável e patrimônio cultural, estejam ou não sacramentadas institucionalmente.

O dossiê abre com “Pela Internet’: música, temporalidades e cultura digital”, de **Breno Ampáro**, em que vemos analisadas canções como crônicas do *Zeitgeist*. Documentos que, em sua complexidade, se prestam à investigação de nuances da cultura talvez imperscrutáveis por outros caminhos. Instrumentalizada pela arte, a tecnologia expande as possibilidades de criação. Pelo filtro digital, o artista recicla o passado e produz híbridos que sugerem novos modos de sentir, viver e agir no mundo contemporâneo. Da surpresa ao encantamento, da perplexidade ao caos, a canção se estrutura como modo singular de expressão e documento histórico a registrar os dilemas existenciais com os quais nos deparamos nesta nova ordem tecnológica controlada pelas big techs.

Seguimos com um estudo que desloca nossa atenção para a história e a memória da fonografia. Em “O frevo na fábrica de discos Rozenblit: Tensões entre materialidade e imaterialidade na construção política do patrimônio”, de **Francisco de Sá Barreto dos Santos** e **Ana Beatriz Nicácio Vieira da Cunha** tratam da perda de registros materiais e de como impactam a salvaguarda do patrimônio imaterial. É o caso das enchentes que destruíram parte da estrutura e do acervo da Fábrica de discos Rozenblit, no Recife, responsável pela maior parte da produção dos fonogramas de frevo entre os anos 1950 e 1980. Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade reconhecido pela UNESCO desde 2012, o frevo tem uma história, em vários momentos, indissociável da trajetória da extinta gravadora recifense.

As políticas institucionais continuam em pauta no artigo “O Repente face à profissionalização e Patrimonialização: Conquistas no século XXI”, de **Rodolfo Rodrigues** e **Adriana Fernandes**, que aborda o caso do Repente, patrimônio cultural imaterial do

Brasil reconhecido pelo IPHAN desde 2021. Um levantamento histórico lhes permite identificar momentos cruciais nesta caminhada rumo à patrimonialização, desde as conquistas legais até os modos de profissionalização desta atividade artística. Embora se refira genericamente ao Repente como patrimônio, o dossiê enviado ao IPHAN trata apenas da cantoria de viola, contradição apontada pelos autores como questão a ser enfrentada nos próximos anos, dentre outras importantes recomendações de salvaguarda.

O dossiê também traz estudos de caso que destacam protagonistas e exploram possibilidades críticas a partir destes artistas e suas obras. **Christina Fuscaldo** e **Taissa Maia**, em seu artigo “Anastácia e as práticas discursivas da MPB: gênero, memória e patrimônio”, propõem uma análise do cânone da MPB, considerando possíveis silenciamentos sobre a trajetória da pioneira e prolífica cantora e compositora Anastácia, justificadamente alcunhada “rainha do forró”. Mobilizando referências como Foucault, De Certeau e Spivak, as autoras confrontam exclusões de gênero, classe e região. Aliando instrumentos conceituais caros aos estudos culturais e das práticas discursivas ao uso arguto de entrevistas que fazem soar a voz da artista e outros contemporâneos, o texto demonstra a valia dos relatos orais no trabalho de reconstrução da memória social. Consta-se assim a importância das políticas públicas capazes de valorar outras e outros protagonistas na historiografia da música popular, promovendo uma perspectiva crítica e democrática do patrimônio cultural.

Ainda na seara das análises que dão atenção a um compositor particular e sua criação, apresenta-se “A Alucinação de Belchior na Ditadura Militar: Música, Crítica e Resistência (1974-1978)”, de **Wagner Teixeira** e **Giulia Metzker**. A análise de “Alucinação” explora o enorme potencial de uma gravação de canção popular como documento histórico, situando sua feitura e difusão no contexto da Ditadura Militar no Brasil da década de 1970. Acompanhando literalmente a visada crítica do cantautor Belchior, o artigo conduz o leitor pelos tempos conturbados de repressão, censura e profunda desigualdade social, demonstrando o posicionamento do artista, que partia da rejeição de abstrações teóricas em prol de uma experiência direta com a vida para sustentar uma luta cotidiana a favor de mudanças sociais e políticas.

Na última parte do dossiê deslocamos os ouvidos da produção fonográfica para a escuta que se dá no espaço urbano. Com “Que Som tem Santê?: como e por que ouvir o passado e presente do bairro de Santa Tereza (BH/MG)”, **João Marcos Veiga** nos convida a passear pela paisagem sonora de ontem e de hoje desse emblemático espaço da capital

mineira. Um largo inventário de sons urbanos emerge de caminhadas e observações etnográficas, dedicadas a sondar formas de sociabilidade e a construção da identidade entre os moradores deste território específico. Através de uma escrita eminentemente poética, apoiada em conceitos desenvolvidos dentro do campo de estudos que R. Murray Schafer inaugurou, como *soundwalking* e “assinaturas acústicas”, o autor elenca ambientes e expressões aurais significativas como o toque dos sinos, o deslocamento do trem, o burburinho das praças e o agito dos botecos. Numa travessia entre o passado e o presente, o trabalho sinaliza o papel relevante que os sons podem desempenhar nas atividades de memória e patrimonialização, sejam elas institucionais ou não.

Por fim, um dos organizadores do dossiê, **Luiz Henrique Garcia**, reuniu-se com os jovens mestrandos **Gabriel Barreto** e **Lara Prado** em mais uma incursão por Belo Horizonte e Santa Tereza. “Artigo de Esquina: som e memória entre as ruas e as redes sociais” busca propor uma nova visada sobre um objeto multifacetado que tem merecido atenção de pesquisadores da história da MPB e dos estudos de cultura urbana há pelo menos duas décadas. Uma certa Esquina que não se limitou à sua existência material, pois foi convertida na sede imaginária do Clube que colocou no mapa mundi da música popular a constelação de cantores, compositores e instrumentistas despontados a partir da ascensão de Milton Nascimento. Relendo o entorno a partir de apreciações e memórias em redes e plataformas digitais sobre diferentes “encarnações” de bares que marcaram o lugar - Godofredo Bar Musical, depois Bar do Museu Clube da Esquina; Clubinho da Esquina, depois Travessia - os autores refletem sobre a construção social da memória e dos sentidos dos lugares, propondo compreender a patrimonialização de objetos aurais a partir da articulação entre a experiência no espaço urbano e em meio digital.

Este percurso pretende assim salientar que o trânsito entre o material e o imaterial, o passado e o presente, o institucional e o informal, o analógico e o digital, entre outros, instiga a perspectiva de investigação que, na condição de editores, entendemos profícua para pensarmos juntos os rumos das políticas de patrimonialização e das dinâmicas sociais e culturais da rememoração associadas ao som num contexto fortemente marcado pelos usos das novas tecnologias de informação e comunicação.

## **DADOS DOS AUTORES**

**Luiz Henrique Assis Garcia** é graduado, mestre e doutor em História pela UFMG, onde é professor do curso de Museologia e do PPG em Ciência da Informação. É um dos coordenadores do grupo de pesquisa ESTOPIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Patrimônio Cultural e criador do grupo de estudos SOMMUS – Som e museologia. É membro da IASPM-AL e do ICOM. Tem trabalhos publicados sobre História da música popular, sobre Patrimônio e História cultural, tendo atuado ainda como pesquisador e curador no Museu Histórico Abílio Barreto (BH/MG). Também é compositor de canções populares.

**Amilcar Almeida Bezerra** é Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Núcleo de Design e Comunicação (NDC/Campus Agreste), do PPG em Comunicação e Inovação Social (PÓSCOM/Campus Agreste) e do PPG em Música (PPGMúsica/Campus Recife), todos da UFPE. Desenvolve pesquisas sobre música, comunicação e memória, que vem resultando tanto em trabalhos acadêmicos quanto em filmes documentários. Fundador do curso de graduação em Comunicação Social com ênfases em Mídias Sociais e Produção Cultural do Campus Agreste da UFPE (2015), coordenou a Associação Respeita Januário de Pesquisa e Valorização dos cantos e músicas tradicionais do Nordeste (2018 a 2021) e integrou a comissão organizadora do congresso da IASPM-AL no Recife (2024).